



Pistas sobre instrumentos analíticos acerca da cobertura midiática do acontecimento-crise: a construção da ruptura de sentido¹

Giovandro Marcus Ferreira
Universidade Federal da Bahia²

Resumo

Este trabalho busca oferecer pistas sobre as características do acontecimento-crise construídos pelos meios de comunicação. O itinerário realizado se inicia numa descrição sobre a noção de crise, em seguida, articula as características do acontecimento-crise a partir do balizamento sincrônico (encenação do acontecimento) e diacrônico (construção do acontecimento pelo triplo presente) e, enfim, o encerramento ou epílogo da construção do acontecimento-crise rumo à intelegibilidade semiótica.

Palavras-chave: Acontecimento-Crise; Meios de Comunicação; Atualidade ; Latência; Triplo Presente.

1. A crise

Toda crise esboça mudança ou indícios de súbitas mudanças, que do grego *Krisis* eós reforça o sentido de ação ou faculdade de distinguir, decisão, por extensão, momento decisivo, difícil. No latim, o momento decisivo foi bastante utilizado na doença. A noção de crise passa a ser empregada em diversas situações: acontecimentos políticos e conflitos sociais (confrontos violentos, conflitos econômicos, políticos etc); acidentes no meio ambiente, em transporte etc; eventos socio-jurídicos como a discriminação racial, abuso sexual, plágio etc; acontecimentos econômicos (corrupção, falência etc; ataques infomáticos, retirada de produtos...

Crise é um conceito “flou” que fixa mais na caracterização da situação de crise ou a categorização de tipos de crise. Neste trabalho, coloca-se em relevo o aspecto extraordinário suscitado pela crise, que leva a inversão de sentido ou da ordem dos fatos, e pro conseguinte, a um desfecho indefinido. Há uma espécie de desconstrução da

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias da Comunicação, XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Recife-PE, setembro de 2011.

² Coordenador do CEPAD – Centro de Estudo e Pesquisa em Análise do Discurso e Mídia, professor associado e pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia. E-mail giovandr@ufba.br



sociabilidade, constringimento entre os atores e desconstrução das estruturas sociais da temporalidade. É sempre a posteriori que um acontecimento pode ser reconhecido como uma crise.

Em geral, uma crise é um acontecimento que impõe deslocamentos e reestruturações do espaço público fazendo surgir novos atores, novas implicações, novas identidades. (novas lógicas). Normalmente, a saída da tragédia do acontecimento crise é em direção a outro evento. (Crise econômica na Grécia, greve, distúrbios etc).

A dimensão trágica do acontecimento de crise é, no que tange ao sujeito implicado, uma prova ao curso do qual é colocado em questão sua identidade, sua pertença, sua sociabilidade. Toda encenação do acontecimento gerado por uma crise não se encontram em qualquer parte. Eles não existem a não ser na medida em que os meios de comunicação os façam existir.³

A crise, então, passa a ser objeto de estudos no domínio da comunicação mediática, seja ela de origem diversa: o movimento de maio de 68 em Paris (GOUAZE, 1979; CERTEAU, 1994), a queda do presidente Collor (FERREIRA, 1994), o acidente na usina nuclear de Three Mile Island nos EUA (VERON, 1981), a morte do presidente Tancredo Neves (FAUSTO NETO, 1988), o conflito na ex-Iugoslávia (BONNAFOUS, 1996); os distúrbios nas periferias das grandes cidades na França (CHAMPAGNE, 1991), entre tantos outros.

Diante do acúmulo dos estudos sobre a cobertura mediática da crise, busca-se neste trabalho colocar em relevo algumas pistas para a compreensão do sentido da construção da crise nos meios de comunicação. Dividiremos, em seguida, o artigo em três partes: a sincronia ou a encenação da crise; a diacronia da crise ou a crise segundo a intriga; e por último, o fim ou a interpretação da crise.

2. A sincronia do acontecimento: encenação da crise

A crise é um acontecimento quase sempre imprevisível, ou melhor, parcialmente imprevisível, que pode-se chamar o grau zero do acontecimento. O aspecto imprevisível

³ VERON, E., *Construire l'événement*



decorre em função da rotina, se for levar em conta as rotinas produtivas ou o esteriótipo, nas palavras de Walter Lippman (2008).

A espera representa a temporalidade própria a uma situação da crise, tratando da espera da resolução da crise, da espera de uma reconfiguração dos atores da crise, ou da espera de uma interpretação ou de uma significação nova dos eventos que a constituem.

A crise se inscreve ao nível do plano real, simbólico e imaginário, segundo Bernard Lamizet (2006). Em relação ao real, a representação coloca em relevo as instituições e os atores que dão uma consistência à representação do povo. Ela figura a constituição de um espaço político institucional reconhecido como legítimo - dimensão real da política, ou melhor, o exercício de poder e os elementos constitutivos da realidade observável da situação política.

O simbólico (representação simbólica) significa as escolhas, as orientações e as opiniões, que, de fato, vê reconhecer a significação de um engajamento pelas suas escolhas e suas intenções. É a dimensão simbólica, isto é, o conjunto de formas de comunicação e de representação – em particular nos meios de comunicação – que lhe dão sentido.

O imaginário se apresenta de maneira fantasmagórico e imediata os atores, aqui estruturados nas suas práticas simbólicas, como também nos imaginários e fantasmas pelos quais eles podem ser portadores. A dimensão imaginária representa igualmente as crenças, as utopias, os medos.

A crise se origina da clivagem dos atores. O fato é representado pela clivagem autônoma de cada uma das instâncias acima definidas. Ao curso de um acontecimento crítico se produz uma crise de sentido que desloca as referências ordinárias do político, do econômico etc. (A crise Grécia, a relação com a Comunidade Européia etc)... A crise de pertença representa, na história, um deslocamento, ligado ao acontecimento e às lógicas do presente, das identidades coletivas e dos contratos sociais constitutivos da dimensão coletiva dos sujeitos da história, uma espécie de refundação das lógicas de pertença.



A crise suspende o reconhecimento da condução da mediação no espaço público, das identidades e do sujeito. (legitimidade institucional). Os atores da sociabilidade não se reconhecem mais a legitimidade das instituições, conseqüentemente, a integridade do fato institucional. Uma crise atinge ao elo social e à representação da sociabilidade que funda a identidade, quer dizer, é o elo social que está em causa (antagonismo em relevo, muitas vezes, recorrendo à história. (LAMIZET, 2006)

A situação de crise, o tempo dos discursos e das representações é sucedido pelo tempo dos atos, eventualmente, da violência. Há uma migração na cena da crise do institucional, da mediação à ação, à determinação dos atores. Uma forma de ruptura do dizer para o fazer, que é acompanhada, ou melhor, sustentada pela interrogação sobre a instituição e sobre o sujeito: coloca-se em questão a legitimidade das instituições e seus desejos representatividade, que lançam raízes em fundamentos históricos da instituição. A crise é sobretudo no que se refere ao elo social - desconhecimento da existência do outro – e, a identidade - situação de vazio, estupefação em relação à sociabilidade. Uma situação que reina o silêncio e a espera.

Em relação à comunicação de crise, há uma contradição política e institucional, pois tem uma necessidade de assumir uma relação ao outro – na sua representação do espaço público - e seu aspecto excepcional na suspensão de sociabilidade e pertença, o que é característico também numa situação de crise, que pode implicar ou atingir a existência do jornal – efeito de sentido de ubiqüidade.

O papel dos meios de comunicação no acontecimento de crise é de se confrontar com uma dupla exigência que pode parecer contraditória: (1) **distância crítica da objetividade** em relação ao elo social (as razões da crise = racionaliza a crise); (2) busca um **modelo institucional de mediação e sociabilidade** para seus leitores, ouvintes, telespectadores etc. (Inicialmente, os meios de comunicação dão sentido a ruptura da sociabilidade que constitui a crise, espessura histórica, as suas múltiplas dimensões, as contradições da sociabilidade etc. Dimensões críticas em relação às instituições e aos atores sociais. Eles implicam os leitores nesta confusão de identidade. Pensar, então, a construção da crise nas suas três dimensões, é pensar as contradições do elo social.



A construção do acontecimento-crise nos meios de comunicação deve ser colocada como um trabalho de criação socio-simbólico, cujos tais meios são operadores entre um conjunto de operadores (sócio-simbólicos), sendo aparentemente o último, fazendo com que a informação não seja um simples transporte de fato, mas um ciclo ininterrupto de transformações. (MOULLAUD, 1997) Nesta base de transformações sócio-simbólicas se trona útil a noção de enquadramento, saindo da perspectiva conteudística, marcadamente de teor sociológico, para uma perspectiva da moldura em si, pela qual a informação conserva sua identidade ao longo dos deslocamentos.

A moldura opera ao mesmo tempo um corte e uma focalização: um corte porque separa um campo e aquilo que o envolve; uma focalização porque, interditando a hemorragia do sentido para além da moldura, intensifica as relações entre os objetos e os indivíduos que estão compreendidos dentro do campo e os reverbera par um centro. (MOULLAUD, 1997, p. 61)

A construção da cena do acontecimento-crise, ou melhor, das cenas passa pela fase inicial de focalização, mas avança para uma determinação cognitiva, através de enquadramento que deve ser interpretado à luz de um tipo de problema que ele simboliza. É a fase do *framing* ou das proposições de quadros interpretativos em relação ao acontecimento que está sendo intensivamente coberto. (WOLF, 1987)

A descrição das cenas construídas, conseqüentemente, do enquadramento oferecido pelos meios de comunicação pode gestada à luz das relações dos suportes com seus públicos, através da regularidade de posicionamento discursivo ao longo do tempo (relação contratual) e ter orientações, igualmente, da noção de trajeto temático (BARTHELEMY, 1992) que permite analisar o corpus segundo o princípio da ordem do material de arquivo correlata à maneira como o acontecimento foi historicamente construído e recebido pelo público. É uma forma de retrair a história, na forma de trajeto, um acontecimento no espaço público. Hoje, muito mais facilitado pela oferta de arquivo, no espaço virtual, de coleções, muitas vezes, completas de diferentes produtos de comunicação (jornais, revistas etc).

Acrescenta-se, ao que estamos procurando colocar em evidência por este meio, é a articulação do acontecimento como ele é compreendido e recebido num



momento dado, com um campo prático, quer dizer, com um conjunto de ações coletivas e de intervenções públicas que regem à situação do momento... Este movimento reflexivo que liga a determinação do acontecimento público à ação coletiva tem o estatuto específico de acontecimento. (BARTHELEMY, p. 129-130)

_Nesta perspectiva, há uma articulação uma ordem de realidade discursiva e prática, que por sua vez, implica o posicionamento discursiva dos meios de comunicação (cada meios de comunicação, veículos de comunicação podem ser considerados como uma expectativa de acontecimento) , do qual foi indicado acima, mas também os indícios de um horizonte de experiência comum, que já projeta uma certa forma de ação.

Na parte seguinte, será explorado a construção do acontecimento colocando em relevo sua atração gravitacional que os liga, mais explicitamente, à experiência histórica, pois a cena, nas palavras de Mouillaud ancorado em Roland Barthes, não é apenas uma moldura no espaço, é um fragmento do tempo.

III. A diacronia do acontecimento-crise: a intriga como eixo de estruturação do sentido

Compreender o acontecimento e' saber como ele se inscreve sobre a memória social, política e histórica. Tal investimento demanda a compreensão da atualidade, partindo, da compreensão e designação do acontecimento em si. Porém, o acontecimento não surge do nada, ele é fruto de uma articulação com um passado que tem uma carga de significação, que oferece sua percepção atual.

O acontecimento é visto sobre um fundo histórico, que, por sua vez, levanta dois problemas: (1) de um lado, como uma ocorrência eventual se torna uma informação, e de outro (2) a atribuição de um valor, na qualidade de um acontecimento, que resulta numa informação dotada de um valor, de uma importância e de uma significação que a faz sair do fluxo de informação, tornando a um acontecimento, com implicação humana (e jornalística), sob à égide de uma temporalidade.



A inscrição do acontecimento numa memória coletiva carrega consigo uma estrutura temporal específica. O acontecimento é mais do que uma emergência, um surgimento na atualidade.

A construção do acontecimento articula o passado, presente e futuro. Logo, o problema central, numa perspectiva diacrônica do acontecimento, é saber como ele é construído pelo discurso mediático fazendo apelo à história e à atualidade. O problema está posicionado na natureza discursiva do acontecimento: Como o acontecimento é construído pelo discurso mediático, como ele é construído nos meios de comunicação? Como a informação é mise-en-valeur tornando a um acontecimento? (GARCIN-MARROU, ISABELLE, 1996, p. 46)

Levantando tal problema, há um direcionamento para a estrutura temporal do acontecimento. Existe um chamamento à narração de uma informação que se tornou um acontecimento, pressupõe que este que narra tenha identificado o acontecimento, suas circunstâncias, sua duração, seu ritmo e seus atores. O narrador deve conhecer, segundo Paul Ricoeur, as estruturas de inteligibilidade do acontecimento, e conseqüentemente, posicionar o acontecimento num determinado contexto no qual os diversos parâmetros interagem e fazem referência à história. Ricoeur explora aqui a relação entre discurso e experiência. (Uma experiência do contexto sócio-histórico do acontecimento e exigências da produção da informação).

Há a exigência narrativa do acontecimento pelo controle do contexto sócio-histórico, controle da memória histórica, ou melhor, uma narração que mergulha suas raízes no passado para potencializar, ou melhor, dar densidade a um fato ocorrido no presente. A temporalidade da narração do acontecimento, segundo Paul Ricoeur é fruto do triplo presente, gestado pela intriga, implicando um fato, suas circunstâncias e seus atores.

O triplo presente, tirado por Ricoeur das reflexões de Santo Agostinho (Não há passado nem futuro), o presente das coisas passadas (reatualização e reinvestida), presente das coisas presentes (o fato em si) e presente das coisas futuras (influências do acontecimento no futuro).



“O que importa, é a maneira cuja práxis cotidiana ordena um em relação ao outro, o presente do futuro, o presente do passado, o presente do presente. É, pois, esta articulação prática que constitui o mais elementar indutor da narração. (RICOEUR, p. 119)

O acontecimento é um complexo de três presentes, sendo tal complexo modificado e reapreendido pelo discurso. O acontecimento tem um começo, mas também um desenvolvimento, uma duração ao longo do qual as coisas presentes tornam-se passadas e as coisas futuras tornam-se presentes. Os presentes “deslizantes” e a significação do acontecimento evoluem nesta imbricação temporal. O discurso informativo marca este deslizamento e esta evolução.

A idéia de triplo presente se atém a temporalidade do desenvolvimento do acontecimento e de sua narração, que por sua vez, é dependente das nossas preocupações e leva a uma atribuição de um certo valor informativo na retirada do fato, na condição de simples ocorrência, do fluxo informativo.

“Atualidade e latência articulam então uma temporalidade complexa da constituição do acontecimento. Esta temporalidade faz eco ao triplo presente da narração, permitindo descrever não só o presente restrito, mas o que “enquadra” o presente. A latência é o tempo no qual o acontecimento adquire sua significação definitiva. Ela torna possível a existência de um percurso interpretativo.” (GARCIN-MARROU, p. 59)

A relevância que adquire o acontecimento é sobretudo um apelo à sua carga simbólica, pela qual a narração do acontecimento faz emergir símbolos, que são inerentes ao acontecimento, e podem, portanto, induzir leituras diferentes do que é produzido: o acontecimento é o inscrito num “mundo” simbólico (trama histórico) em função do qual ele pode ser identificado e interpretado. Cada informação demanda uma leitura que deve ter em conta os símbolos em relação à história e à memória para ser significativa. Uma informação não pode se “fazer” acontecimento caso não se realize uma relação com o contexto histórico que, por sua vez, faz emergir uma carga simbólica suficiente, onde se relaciona tais símbolos com a memória histórica – a semelhança com outro



acontecimentos, a repetição ou ruptura da informação presente em relação à esta memória.

A narração mobiliza um triplo presente, que pode dar conta da transformação de uma ocorrência em acontecimento. Mas esta transformação assinala, igualmente, rumo a uma outra temporalidade: ela repousa sobre o que se denomina de “latência”, que oferece um quadro temporal necessário à interpretação do acontecimento. A latência se fixa na duração, fora da urgência da atualidade. Ela (latência) dá o tempo aos jornalistas de adquirirem o controle (maîtrise) do contexto sócio-histórico que vai permitir conhecer o acontecimento e, por conseguinte, lhe atribuir uma carga simbólica. A dupla temporalidade latência-atualidade é uma característica fundamental do acontecimento mediático e a latência determina a espessura de sua estrutura temporal.

A presença desta dupla temporalidade no trabalho jornalístico na construção do acontecimento pode ser ilustrada com o “jogo dos indícios”, que anuncia o acontecimento, integra um esquema de interpretação das informações que lhe permite sentir à distância que um acontecimento ia acontecer... A dupla temporalidade atualidade-latência permite de atribuir um valor à informação. Ainda, esta dupla temporalidade permite o jornalista de efetuar um “trajeto” pré ou pós-acontecimento, que contribui a fixar a identidade definitiva do acontecimento.⁴ (GARCIN-MARROU, ISABELLE, p. 59)

Um outro aspecto importante na construção do acontecimento é o horizonte de expectativas, que pode, por sua vez, fazer parte da latência, embora ele não faça parte da atualidade, ele participa na atribuição do sentido. A noção de horizonte de expectativas, pode se aproximar à noção de “trajeto temático”, realizado entre os meios de comunicação e o espaço público. Ele possibilita reajustes de interpretação do acontecimento que edifica sua identidade e sua significação ao longo deste trajeto.

A transformação de uma informação em acontecimento se nutre da tensão entre latência-atualidade, pela qual o acontecimento não é jamais reduzido à atualidade ou à latência; mas esta dupla temporalidade é mobilizada para atribuir um sentido, valoroso, à informação.

⁴ GARCIN-MARROU, ISABELLE., op. cit., 59.



IV. Para sair da crise: o fim do acontecimento ou o continuum da história

O fim da representação de uma crise faz apelo ao continuum da história, pois uma crise é fundamentalmente, um acontecimento identitário, pois ela coloca em causa as lógicas e os fundamentos constitutivos da identidade que vem ou busca distanciar. O sentido reconstituído, reestruturado no retorno das mediações e constrangimentos da sociabilidade, que foram objeto de cenários durante o desenrolar da representação da crise.

O fim da crise ou a imediata história da crise se inscreve numa perspectiva interpretável, ou melhor, numa intelegibilidade semiótica. Avaliação e intelegibilidade da crise edificam uma nova forma de racionalidade e de semiótica do acontecimento na comunicação mediática. Propondo, no espaço público, uma narração e uma análise da crise, os meios de comunicação apresentam uma nova forma de racionalidade do acontecimento fundada sobre duas noções fundamentais das ciências políticas contemporâneas. Esta nova forma de racionalidade é feita de avaliação, sobre a qual repousa o conceito de intelegibilidade semiótica, sobre a qual repousa, o que se pode chamar, a intelegibilidade do acontecimento, que vai integrar a nossa cultura, edificando uma economia do acontecimento, ou seja, lições da crise.

A crise não consiste numa dissolução do elo social, mas num desejo de elo que mostra a ausência do elo social. Uma crise evidencia o limite de todo sistema de representação e de intelegibilidade do mundo na comunicação e atividade simbólica. Os meios de comunicação dão consistência simbólica de uma representação à um acontecimento que pode ter um sentido; eles produzem um discurso unificador: eles asseguram a formação de uma opinião comum juntos aos cidadãos e contribuem à formar uma consciência comum, que garantam a solidariedade e a coerência das práticas sociais no espaço público. Enfim, eles refundam a significação do elo social e, desta maneira, mostram, como por oposição, a significação da crise.

O distanciar do fim da crise que, às vezes, a história conhece os ecos longínquos dos acontecimentos que a compõem, enriquecendo o ainda mais, entre outros, o trajeto temático oferecido em particular pelos meios de comunicação. No Brasil, é só lembrar



acontecimentos como, por exemplo, o golpe militar de 64, a queda de Collor e a compreensão que se tem hoje de ambos eventos. O fim do acontecimento-crise representa o momento de sua intelegibilidade semiótica, reconfigurando as três instâncias que se mantêm articuladas no interior da mesma presença – meio de comunicação, acontecimento e o público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHÉLÉMY, Michel, “*Événement et espace public: l’affaire Carpentras*”, in revue **Quaderni**, n. 18, 1992, p. 125-140.

CERTEAU, Michel de, **La prise de parole et autres écrivains politiques**, Paris, Éditions du Seuil, 1994.

BONNAFOUS, Simone e alli., Dossiê “*Les médias dans le conflit Yougoslave*”, in revue **Mots**, n. 47, Paris, juin, 1996.

FAUSTO NETO, Antônio, **O corpo falado**, Belo Horizonte, PUCMC/FUMARC, 1988.

FERREIRA, Giovandro, **L’étude du contrat de lecture: une démarche méthodologique sur le positionnement des supports presse: l’événement de la chute du président du Brésil comme révélateur des traces du contrat de lecture des quotidiens Le Monde et Libération**, mémoire de D. E. A., Institut Français de Presse, Université Paris 2, 1994.

FERREIRA, Giovandro, “*Do círculo semiológico ao círculo hermenêutico: CONTRIBUIÇÕES DE Paul Ricoeur à análise de discurso*”, in revista **Interface**, n. 5, Vitória, CCJE – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, 1999, p. 81-93.

CHAMPAGNE, Patrick, “*La construction médiatique des «malaises sociaux»*”, in **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n° 90, Paris, Maison des Sciences de l’Homme, décembre 1991, pages 64-75.

GARCIN-MARROU, ISABELLE, “*L’événement dans l’information sur l’Irlande du Nord*”, in **Reseaux**, Paris, N. 76 (mars-avril), 1996.

GOUAZE, Jean et alli., **Stratégies de la presse et du droit**, Lyon, PUL, 1979.

LAMIZET, Bernard, **Sémiotique de l’événement**, Paris, Hermes / Lavoisier, 2006.



LIPPMANN, Walter, **Opinião pública**, Petrópolis, Vozes, 2008.

MOUILLAUD, Maurice e PORTO, Sérgio Dayrell (org.), **O jornal – da forma ao sentido**, Brasília, Paralelo 15, 1997.

RICOEUR, Paul, **Temps et récit**, tomo I, Paris, Seuil, 1983.

SODRÉ, Muniz, **A narração do fato**, Petrópolis, Editora Vozes, 2009.

VERON, Eliseo, **Construire l'événement – les médias et l'accident de three mile island**, Paris, Les Éditions de Minuit, 1988.